# REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

LISBON LAW REVIEW

ANO LXVI 2025 NÚMERO 1

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade Semestral
Vol. LXVI (2025) 1

**LISBON LAW REVIEW**

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

Alfredo Calderale (Professor da Universidade de Foggia)
Christian Baldus (Professor da Universidade de Heidelberg)
Jean-Louis Halpérin (Professor da Escola Normal Superior de Paris)
Gertrude Lübbe-Wolff (Professora da Universidade de Bielefeld)
Judith Martins-Costa (Ex-Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Kai Ambos (Professor da Universidade de Gotinga)
Luís Greco (Professor da Universidade Humboldt de Berlim)
Massimo La Torre (Professor da Universidade de Catanzaro)
Miodrag Jovanovic (Professor da Universidade de Belgrado)
Paul Kahn (Professor da Universidade de Yale)
Pierre Brunet (Professor da Universidade de Paris I - Panthéon Sorbonne)
Pierluigi Chiassoni (Professor da Universidade de Génova)

**DIRETOR**

Luís Pereira Coutinho

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Cláudia Madaleno
Francisco Rodrigues Rocha
Marco Caldeira
Raquel Franco Moniz
Rui Soares Pereira

**SECRETÁRIO DE REDAÇÃO**

Guilherme Grillo

**PROPRIEDADE E SECRETARIADO**

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa – Portugal

**EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO**
**LISBON LAW EDITIONS**

Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-014 Lisboa – Portugal

ISSN 0870-3116 Depósito Legal n.º 75611/95

Data: Julho, 2025

# ÍNDICE 2025

**Luís Pereira Coutinho**
9-11 Editorial

**ESTUDOS DE ABERTURA**

**Lars Vinx**
15-46 Radbruch's Legal Philosophy: From the Cultural Concept of Law to the Radbruch-Formula
*A Filosofia do Direito de Gustav Radbruch: Do conceito cultural de direito à fórmula de Radbruch*

**Luís Greco**
47-64 Identidade, autenticidade e culpabilidade – reflexões por ocasião dos novos processos contra "velhos nazistas"
*Identity, Authenticity and Guilt – Reflections on the New Processes against "Old Nazis"*

**ESTUDOS DOUTRINAIS**

**Catarina Almeida Coelho**
67-119 A redução da pena convencional em caso de atraso na execução da obra em contratos de construção internacionais. Análise de Direito Internacional Privado e de Direito Comparado dos ordenamentos jurídicos inglês, espanhol e português
*Delay Damages Clause Reduction on International Construction Contracts. Analysis Of Private International Law and Comparative Law of the English, Spanish and Portuguese Legal Systems*

**Daniel Bessa de Melo**
121-135 Do depósito do preço na ação de execução específica de contrato-promessa
*On the Deposit of the Purchase Price in a Claim for the Performance of a Preliminary Contract*

**Herbert Küpper**
137-197 The Effect of War on a Legal System – the Russian Example
*O efeito da guerra numa ordem jurídica – o exemplo da Rússia*

**Manuel Barreto Gaspar**
199-240 As idiossincrasias jus-administrativas do Estado Novo português e do Estado fascista italiano: Breve jornada pela evolução histórica do Direito Administrativo e pelo pensamento jurídico marcellista – Parte II
*The Legal-Administrative Idiosyncrasies of the Portuguese Estado Novo and the Italian Fascist State: Brief Journey through the Historical Evolution of Administrative Law and the Marcellista Juridical Thought – Part II*

**Pedro Gil Martins**
241-287 Os acordos informais da Administração Pública: a problemática da legalidade e vinculatividade
*T The Informal Agreements of the Public Administration: The Problems Concerning Their Legality and Bindingness*

**Pedro Madeira de Brito**
289-335 Revisitando o conceito de subordinação jurídica à luz do trabalho em plataformas digitais e da presunção de laboralidade do artigo 12.º-A
*Rethinking the Concept of Legal Subordination in Light of Work on Digital Platforms and the Presumption of Employment of Article 12-A*

**CONFERÊNCIAS E COLÓQUIOS**

**Ana Rita Gil**
339 Conferência "Regulating Human Rights & Business"

**Jernej Letnar Černič**
341-357 The United Nations Guiding Principles on Business and Human Rights and its Contours
*Os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e seus contornos*

**Ana Rita Gil | Thaís Leonel Magalhães**
359-381 The OECD's Blueprint for Multinational Responsibility: Historical and Contemporary Perspectives
*O plano da OCDE para a responsabilidade das empresas multinacionais: perspetivas históricas e contemporâneas*

**Ricardo Fernandes**
383-402 The Road to Mandatory Due Diligence: Tracing the EU Directive's Legislative Journey
*O caminho para a obrigatoriedade do dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade: traçando o percurso legislativo da diretiva da UE*

**JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA**

**Cláudia Madaleno**
405-423 Ainda o arrendamento *versus* hipoteca. Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 25 de fevereiro de 2025
*Yet Again on House Rental vs. Mortgage. Comment to the Decision of the Supreme Court of Justice of 25 February 2025*

## VIDA CIENTÍFICA DA FACULDADE

**Gonçalo Sampaio e Mello**
427-466 Presença de vultos históricos no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
*Presence of Historical Figures in the Faculty of Law of the University of Lisbon's Collection*

**José Luís Bonifácio Ramos**
467-475 Arguição da dissertação apresentada para provas de doutoramento por Cláudia Alves Trindade, *A Livre Convicção do Juiz e a Fundamentação da Decisão sobre Matéria de Facto no Processo Civil*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 21 de Novembro de 2024
*Argument presented on occasion of the doctoral examinations of Cláudia Alves Trindade on the thesis* The Free Conviction of the Judge and the Basis of the Decision on Matters of Fact in Civil Procedure Law*, Faculty of Law, University of Lisbon, November, 21, 2024*

## LIVROS & ARTIGOS

**José Maria Cortes**
479-488 Recensão a *Das lacunas da lei, no Direito português: maxime, do disposto no art. 203.º da CRP* de João Pedro Charters de Azevedo Marchante
*Review of the Work* Das lacunas da lei, no Direito português: maxime, do disposto no art. 203.º da CRP*, by João Pedro Charters de Azevedo Marchante*

# Editorial

**Luís Pereira Coutinho**

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa inaugura neste número uma secção autónoma dedicada a conferências e colóquios. Prestando assim um serviço à investigação desenvolvida pela Faculdade e pelos seus centros, tendo também em conta a importância da publicação dos seus resultados em acesso aberto, a Revista beneficia do mesmo modo da publicação de estudos de elevada qualidade de autores reconhecidos, tanto investigadores da Faculdade e dos seus centros, como convidados externos.

O primeiro conjunto de artigos publicados na nova secção resulta da conferência "*Regulating Human Rights and Business*", organizada em março de 2023 por Rui Guerra da Fonseca e Ana Rita Gil. A iniciar, Jerner Letnar Černič trata dos princípios das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos; Ana Rita Gil ocupa-se seguidamente das diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais; por fim, Ricardo Fernandes debruça-se sobre os trabalhos preparatórios e a história do novo regime da União Europeia em matéria de responsabilidade das empresas ao nível da sustentabilidade e diligência devida.

Os estudos de abertura publicados neste número merecem um particularíssimo destaque, desde logo o artigo original de Lars Vinx. Trata-se de uma peça notável, em que se reconstrói o pensamento de Gustav Radbruch e se contextualiza a correspondente fórmula tendo em consideração o seu percurso jus-filosófico. O que Vinx sobretudo demonstra – denunciando mais uma vez o simplismo de Hart a este nível – é que a fórmula de Radbruch, longe de importar um divórcio conceptual entre direito e legalidade, antes traduz uma conceção do direito como objeto cultural que, sem deixar de corresponder à legalidade, não pode ser compreendido em desconexão com a justiça, sem prejuízo de esta poder ser entendida de modos muito diversos em contexto de pluralismo. Muito interessantemente, esta leitura culmina num paralelo entre a filosofia do direito de Radbruch e a teoria política de John Rawls. Se este último compreendeu o liberalismo político como forma político-cultural que acomoda um pluralismo razoável, o primeiro terá compreendido a legalidade como sendo culturalmente "direito" até ao ponto em que se ordene segundo a justiça nalgum dos muitos entendimentos razoáveis do que esta possa significar.

O segundo estudo de abertura publicado neste número reflete ainda – mesmo que num contexto temático e horizonte temporal muito diversos – o mesmo quadro

problemático que viu surgir a fórmula de Radbruch e que se prende com a criminalização de atos praticados por indivíduos em consecução da injustiça nazi. O problema que tem sido colocado várias décadas depois já não é o de saber se esses indivíduos podem legitimamente obstar à criminalização, alegando terem agido ao abrigo do "direito" por muito injustos que fossem os comandos correspondentes. Diferentemente, pergunta-se se a responsabilidade penal se deve ter como excluída em razão de a identidade pessoal dos mesmos indivíduos, entretanto muito envelhecidos, já não permanecer a mesma. Luís Greco conclui neste sentido e fá-lo num percurso de que podem ser extraídas consequências para problemas complexos que se colocam hoje – por exemplo, o de saber se os doentes de Alzheimer podem responder penalmente por atos praticados antes de a doença os atingir. Lança-se assim uma discussão que gostaríamos muito de ver prosseguida nas páginas desta Revista e, nesse sentido, recordamos os nossos leitores que a secção "Livros e artigos" também se destina à publicação de textos que escrutinem criticamente os artigos aqui publicados. Convidamos, pois, à respetiva apresentação.

Em sede de estudos doutrinais, destaca-se o de Pedro Madeira de Brito em que se revisita o conceito de subordinação jurídica como conceito operativo do Direito do Trabalho, verificando-se como o mesmo tem sido posto à prova pelo trabalho em plataformas digitais. A reconstrução da história do conceito de subordinação jurídica, a defesa da sua persistente pertinência no momento atual em termos devidamente reajustados, bem como a sua aplicação com vista a fazer frente aos novos problemas suscitados pelas plataformas digitais, tornam a leitura de Madeira de Brito obrigatória, tanto para os cultores da história dos conceitos jurídicos, como para os juslaboralistas.

De destacar também o importante estudo de Herbert Küpper em que se trata de um modo exaustivo os efeitos da guerra contra a Ucrânia no ordenamento jurídico russo, desde o direito constitucional ao direito penal, do direito da segurança social ao direito da economia. Muito interessantemente, Küpper conclui que o atual regime russo se tem preocupado em governar através do direito, por muito que o correspondente "governo pelo direito" (*rule by law*) seja dificilmente reconhecível na lógica material do Estado de direito ou primado do direito (*rule of law*).

São também publicados, entre os estudos doutrinais, os artigos de Catarina Almeida Coelho – dedicado à redução de pena convencional em contratos de construção internacionais –, de Daniel Bessa de Melo – sobre o depósito do preço na ação de execução específica do contrato promessa – e de Pedro Gil Martins – dedicado aos acordos informais da Administração Pública. É ainda publicado na mesma sede um interessante estudo de Manuel Barreto Gaspar, em que se prossegue

uma comparação entre o Estado Novo português e o fascismo italiano – iniciada em número anterior da Revista –, abordando-se agora os traços jurídico-corporativos e administrativos deles estruturantes.

A secção dedicada à vida científica da Faculdade inclui um estudo de Gonçalo Sampaio e Mello sobre o acervo documental da Faculdade, em que se contribui para a inventariação do mesmo tendo em conta as personalidades históricas implicadas. A mesma secção inclui também a arguição feita por José Luís Bonifácio Ramos no âmbito das provas de doutoramento de Cláudia Alves Trindade.

Este número inclui ainda um comentário de jurisprudência subscrito por Cláudia Madaleno – incidente sobre o recente Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça em que se conclui pela não caducidade de um arrendamento posterior ao registo de duas hipotecas – bem como uma recensão da obra de João Pedro Marchante, "Das lacunas da lei, no Direito português: *maxime*, do disposto no art. 203.º da CRP", subscrita por José Maria Cortes.